



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 92/25 LF, DE 04 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a proibição do plantio de árvores de grande porte sob a fiação da rede elétrica no Município e determina a substituição das árvores já existentes em tais condições.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, APROVA e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido, no âmbito do Município, o plantio de árvores de grande porte diretamente sob a fiação da rede elétrica em área pública.

Art. 2º Consideram-se árvores de grande porte aquelas que, quando adultas, ultrapassam 6 (seis) metros de altura ou cuja copa, em desenvolvimento normal, atinja a rede elétrica aérea.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal deverá elaborar um cronograma de retirada gradual das árvores de grande porte atualmente plantadas sob a fiação da rede elétrica, promovendo sua substituição por espécies de pequeno porte adequadas ao ambiente urbano.

Art. 4º As espécies substitutas deverão constar em lista técnica elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, devendo ser árvores nativas, de raízes não agressivas e porte compatível com a arborização urbana e com a segurança da rede elétrica.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Formosa, 02 de junho de 2025

Vereador

JUSTIFICATIVA



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 92/25 LF, DE 04 DE JUNHO DE 2025

A arborização urbana é essencial para o equilíbrio ambiental, qualidade do ar, sombreamento e embelezamento das cidades. No entanto, o plantio desordenado de árvores de grande porte sob a fiação da rede elétrica tem causado riscos recorrentes à população, como curtos-circuitos, quedas de energia e até incêndios. Em dias de chuva ou vento forte, os galhos dessas árvores podem tocar ou romper os cabos, expondo pedestres e motoristas a choques e outros acidentes graves.

Este projeto de lei visa justamente prevenir tais ocorrências, promovendo uma arborização urbana planejada e segura. Ao proibir novos plantios inadequados e exigir a substituição das árvores já existentes, o Município protege sua população, garante a segurança da rede elétrica e evita gastos públicos com manutenção emergencial. Além disso, o cronograma de substituição permitirá ações organizadas, com tempo hábil para planejamento técnico e comunicação com a população.

Importante destacar que não haverá prejuízo ambiental com essa medida, uma vez que as árvores retiradas serão substituídas por outras de porte compatível, escolhidas conforme critérios técnicos e ambientais. Isso garante a manutenção da cobertura verde urbana, contribuindo para a sustentabilidade e a convivência harmoniosa entre arborização e infraestrutura pública. Trata-se, portanto, de um avanço responsável e equilibrado para a cidade.

Assim, conto com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste projeto de lei.

S